



GOVERNO DE  
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
E DO MAR



# CONGRESSO NACIONAL DA INDÚSTRIA PORTUGUESA DE CARNES

## NOVA LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA

6 de Maio de 2014  
Universidade Lusófona  
LISBOA

Direção de Serviços de Segurança Alimentar

## NOVA LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA

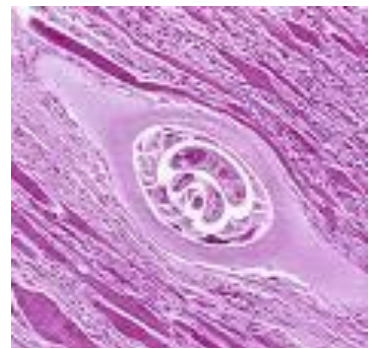
A 08/03/2014 foram publicados 2 diplomas que alteram os Reg. 853/2004, 854/2004 e 2074/2005:

- Regulamento (UE) n.º 218/2014
- Regulamento (UE) n.º 219/2014

Os diplomas estão interligados e entram em vigor na mesma data.



## Regulamentos (UE) nº 218 e 219/2014 Alterações aplicáveis a partir de 01/06/2014



### Alteração do modelo de IRCA de Suínos

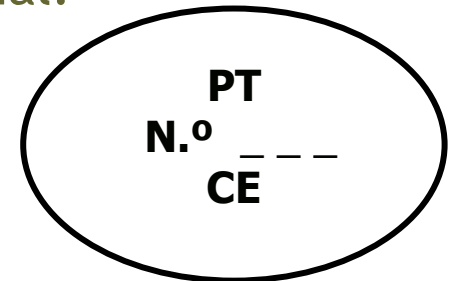
- O Reg. 216/2014 que altera o Reg. 2075/2005 que estabelece regras específicas para os controlos oficiais de deteção de *Trichinella* na carne concede às explorações de suínos que aplicam condições de habitação controladas uma derrogação relativamente às disposições em matéria de testes.
- As informações sobre o estatuto das explorações que aplicam condições de habitação controladas devem ser incluídas na IRCA, de modo a permitir que se aplique o regime de testes apropriado para deteção de triquininas.
- O modelo de IRCA de suínos será alterada de modo a contemplar um campo próprio para estas informações.

# Regulamentos (UE) nº 218 e 219/2014

## Alterações aplicáveis a partir de 01/06/2014

### Abate de emergência fora do matadouro

- A carne de animais abatidos de emergência fora do matadouro que tenha sido aprovada no exame post mortem não representa um risco superior à carne de animais de abate regular.
- Deixam de ser necessárias a marca de salubridade especial e a limitação ao mercado nacional aplicáveis à carne de animais abatidos de emergência fora do matadouro.
- Passa a ser aplicada a marca de salubridade normal.
- A carne pode ser comercializada sem restrições territoriais.



## Regulamentos (UE) nº 218 e 219/2014 Alterações aplicáveis a partir de 01/06/2014

### Auxiliares Oficiais na Inspeção Ante Mortem

- Os Auxiliares Oficiais são autorizados a **ajudar** o Médico Veterinário Oficial na pré-seleção de animais com anomalias na inspeção ante mortem.
- No entanto, o Médico Veterinário Oficial tem de realizar a inspeção ante mortem a **todos** os animais.














































## Regulamentos (UE) nº 218 e 219/2014 Alterações aplicáveis a partir de 01/06/2014

### Alteração dos procedimentos de IPM de Suínos







































- A Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) adotou, em 3 de outubro de 2011, um parecer científico sobre os perigos para a saúde pública a abranger pela inspeção da carne de suínos o qual concluiu que as palpações e as incisões atualmente exigidas na inspeção *post mortem* implicam um risco de contaminação cruzada com bactérias perigosas.
- Para evitar a contaminação cruzada, durante o exame *post mortem* de suínos, as palpações e incisões deixam de ser exigidas no caso de animais normais e são apenas exigidas quando se identificarem anomalias.



## Procedimentos específicos de IPM de Suínos

Cabeça	Cabeça e garganta		
	Lnn submaxilares		? 
	Boca e fauces		
	Língua		
Órgãos torácicos	Pulmões		?  ? 
	Traqueia e brônquios principais		? 
	Esófago		
	Lnn brônquicos		? 
	Lnn mediastínicos		? 
	Coração e pericárdio		? 
	Diafragma		
	Órgãos abdominais	Fígado	
Lnn hepáticos e pancreáticos			? 
Trato gastrointestinal e mesentérico			
Lnn gástricos			? 
Lnn mesentéricos			? 
Baço			? 
Órgãos genitais (adultos/jovens)			
Úbere	Úbere		
	Lnn supramamários		? 
	Lnn supramamários (porcas)		? 
Carcaça	Superfície externa (completa)		
	Rins		? 
	Lnn renais		? 
	Pleura		
	Peritoneu		
	Zona umbilical (nos jovens)		?  ? 
	Articulações (nos jovens)		?  ? 

## Procedimentos específicos de IPM de Leitões

Cabeça	Cabeça e garganta		
	Boca e fauces		
	Língua		
Órgãos torácicos	Pulmões		?  ? 
	Traqueia e brônquios principais		? 
	Esófago		
	Lnn brônquicos		? 
	Lnn mediastínicos		? 
	Coração e pericárdio		? 
	Diafragma		
Órgãos abdominais	Fígado		? 
	Lnn hepáticos e pancreáticos		? 
	Trato gastrointestinal e mesentérico		
	Lnn gástricos		? 
	Lnn mesentéricos		? 
	Baço		? 
	Órgãos genitais (adultos/jovens)		
Carcaça	Superfície externa (completa)		
	Rins		? 
	Lnn renais		? 
	Pleura		
	Peritoneu		
	Zona umbilical		?  ? 
	Articulações		?  ? 

Legenda:  Inspeção visual  Palpação  Incisão ? Se necessário

# Alterações nos procedimentos de IPM de suínos

O MVO deve realizar **procedimentos de IPM suplementares**, utilizando a incisão e a palpação da carcaça e das miudezas, quando, na sua opinião, um dos seguintes procedimentos indicar um possível risco para a saúde pública, a saúde animal ou o bem-estar dos animais:

- a) as verificações e a análise da IRCA;
- b) as conclusões da inspeção *ante mortem*;
- c) os resultados das verificações em matéria de cumprimento das normas de bem-estar animal;
- d) as conclusões da inspeção *post mortem*;
- e) dados epidemiológicos suplementares ou outros dados relativos à exploração de proveniência dos animais.



# Regulamentos (UE) n° 218 e 219/2014 Alterações aplicáveis a partir de 01/01/2015



## Supervisão do critério de higiene de processo

- As tarefas de inspeção sanitária de suínos passam também a contemplar a supervisão do critério de higiene dos processos para as salmonelas em carcaças de suíno, previsto no Reg. 2073/2005 e o controlo da aplicação de medidas pelo operador da empresa do setor alimentar no caso de incumprimento desse critério.
- Se o critério de higiene dos processos não for respeitado em várias ocasiões, a AC deve exigir um plano de ação ao operador e controlar rigorosamente o seu resultado.
- Os EM têm de comunicar anualmente à Comissão os resultados das análises efetuadas pelos operadores para o critério de higiene dos processos para as salmonelas em carcaças de suíno (número total de amostras e o número de amostras positivas).

## NOVAS REGRAS PARA AMOSTRAGEM NO ÂMBITO DOS PLANOS DE VIGILÂNCIA DE EETS Mensagens 140/DSPA/2014 e 120/DSPA/2014



Foi **suspensa**, a partir de 28/02/2014, a colheita para teste de rastreio à EEB aos **bovinos, abatidos para consumo (Abate Normal)** com origem nos EM da UE com exceção da Croácia e da Roménia (para estes EM e para países terceiros mantem-se a obrigatoriedade de testagem a todos os bovinos com idade > 30 meses).

No módulo de abates do SNIRA deixa de ser aplicável a **condição 94** a todos os animais com mais de 72 meses de abate normal, mas continua a aplicar-se aos animais abatidos no contexto de uma campanha de erradicação de doença (abate sanitário) que não apresentem sinais clínicos de doença.

**Não são alteradas as regras de remoção de coluna nem de aproveitamento de masséteres**, continuando a ser inserida no SNIRA a **condição 01**, relativa à exigência de retirada da coluna aos animais com mais de 30 meses.

# NOVAS REGRAS PARA AMOSTRAGEM NO ÂMBITO DOS PLANOS DE VIGILÂNCIA DE EETS

## Mensagens 140/DSPA/2014 e 120/DSPA/2014

Mantêm-se ainda as obrigações de efetuar **testes de rastreio de EEB** aos **bovinos** abatidos para consumo:

- Doentes na inspeção *ante mortem*: todos os bovinos  $\geq 48$  meses ou  $\geq 24$  meses consoante o país de origem;
- Animais destinados a abate sanitário (exceto de EEB) saudáveis na inspeção *ante mortem* : todos os bovinos  $\geq 72$  meses;
- Animais destinados a abate sanitário (exceto de EEB) doentes na inspeção ante-mortem  $\geq 48$  meses ou  $\geq 24$  meses consoante o país de origem;
- Animais destinados a abates especiais de emergência /vigilância  $\geq 48$  meses ou  $\geq 24$  meses consoante a origem;
- Animais mortos no transporte/abegoaria  $\geq 48$  meses;
- Animais resultantes de abate sanitário de coabitantes de risco de EEB  $\geq 48$  meses ou  $\geq 24$  meses conforme o país de origem.

# ESCLARECIMENTO SOBRE ABATES RELIGIOSOS

## Ofício circular nº 5/DSSA/2014

Os abates religiosos podem ser autorizados pelos serviços regionais após a consulta do MVO responsável pelo estabelecimento requerente.

Para esta autorização, os serviços regionais deverão ter presentes que:

- O abate só pode ser efetuado por pessoas tenham competência e formação adequados para o realizar sem causarem dor, aflição ou sofrimento;
- Devem ser cumpridos os requisitos de bem-estar animal contemplados no Decreto-Lei n.º 28/96 e no Reg n.º 1099/2009;
- As condições estruturais e funcionais do estabelecimento devem ser adequadas ao procedimento de abate religioso em questão e devem permitir o cumprimento do disposto no Artigo 15º do Reg n.º 1099/2009 relativamente aos métodos de imobilização dos animais abatidos sem atordoamento prévio.



# ESCLARECIMENTO SOBRE ABATES RELIGIOSOS

## Ofício circular nº 5/DSSA/2014

Os operadores interessados devem dar garantias do cumprimento dos requisitos higio-sanitários e de bem-estar animal, nomeadamente:

- As operações de contenção, atordoamento e sangria deverão ser efetuados de modo a não por em risco a salubridade das carnes;
- Os animais deverão ser manipulados de modo a evitar ao máximo o seu sofrimento;
- As operações de abate religioso apenas sejam realizadas por pessoas detentoras do **certificado de aptidão** previsto nos artigos 7º e 21º do Reg. 1099/2009;
- Deverão ser cumpridas as regras de higiene de equipamentos, vestuário e utensílios de corte previstas no Regulamento (CE) n.º 852/2004;
- Deverão ser cumpridas as regras de higiene de manipulação de géneros alimentícios previstas no Regulamento (CE) n.º 852/2004.

# ESCLARECIMENTO SOBRE ABATES RELIGIOSOS

## Ofício circular nº 5/DSSA/2014

O abate religioso deve ser efetuado **sob supervisão do CIS** que deverá verificar o cumprimento das condições supracitadas.

Deverão ser mantidas, em cada região, **listas de estabelecimentos autorizados** a realizar abates religiosos, discriminando o tipo de ritual religioso utilizado.

Deverá ser mantido o **registo do número e peso dos animais abatidos** por espécie e categoria em abates religiosos em cada estabelecimento de abate, discriminando o tipo de ritual religioso utilizado.

As questões de Bem Estar Animal devem ser esclarecidas junto da Divisão de Bem Estar Animal da Direção de Serviços de Proteção Animal.

# ESCLARECIMENTO SOBRE CONTROLO DE ANIMAIS VIVOS

## Ofício circular nº 7/DSSA/2014

O Reg n.º 853/2004 determina, na Secção II do seu Anexo II, que os operadores devem adotar procedimentos de acordo com os requisitos gerais do artigo 5.º do Reg n.º 852/2004 (processos baseados nos princípios HACCP) que garantam que cada animal ou cada lote de animais aceites no matadouro:



- a) Se encontra devidamente identificado;
- b) É acompanhado das informações pertinentes fornecidas pela exploração;
- c) Não provém de uma exploração ou de uma zona sujeita a uma proibição de circulação ou a outra restrição motivada por razões de saúde animal ou pública, salvo autorização da autoridade competente;
- d) Está limpo;
- e) É saudável, tanto quanto o operador da empresa do sector alimentar possa apreciar;
- f) Se encontra num estado satisfatório, à chegada ao matadouro, em matéria de bem-estar dos animais.